



**A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR:
UMA REFLEXÃO SOBRE A
RESPONSABILIDADE
CIVIL DO CRISTÃO**

*TO CAESAR WHAT IS CAESAR'S:
A REFLECTION ON CHRISTIAN'S
CIVIL RESPONSIBILITY*

Jhonata Santos de Assis⁵

RESUMO

Muitos cristãos ainda possuem uma visão política influenciada por uma longa tradição da consciência social anabatista. Para eles, um cristão verdadeiro não deve se envolver com a política pois esta pertence ao mundo e o cristão verdadeiro deve se preocupar com as coisas do alto. O propósito deste trabalho é demonstrar que essa perspectiva, endossada por Greg Boyd não é compatível com o pensamento bíblico. O fator Queda (pecado) degenerou o conceito bíblico dando ao Estado uma faceta mundana, passando a ideia de que existe uma área da vida que Deus não exerça soberania. Um olhar mais atento aos conceitos bíblicos nos levará entender qual a vontade de Deus. Paulo nos ensina que temos uma dupla cidadania e que é nosso dever nos submeter, orar pelos governantes e cumprir com nossos deveres civis. Respeitando os limites de autoridade de cada esfera social entenderemos que as autoridades são agentes da graça de Deus para nossa vida. Ele não é uma construção humana e sim uma dádiva de Deus. O presente trabalho se deu através da pesquisa pura, qualitativa, descritiva e técnica de revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE

Cristianismo. Política. Cosmovisão. Ideologia.

ABSTRACT

Many christians still have a political view influenced by a long tradition of Anabaptist social consciousness. For them, a true Christian should not be involved in politics because it belongs to the world and the true Christian must be concerned with things above. The purpose of this paper is to demonstrate that this perspective, endorsed by Greg Boyd, is not compatible with biblical thinking. The Fall (sin) factor has degenerated the biblical concept by giving the state a worldly facet, giving the idea that there is an area of life that God does not exercise sovereignty. A closer look at biblical concepts will lead us to understand God's will. Paul teaches us that we have dual citizenship and that we must submit, pray for the rulers, and fulfill our civic duties. Respecting the limits of authority of each social sphere, we will understand that authorities are agents of God's grace for our lives. It is not a human construct

but a godsend. The present work was done through pure, qualitative, descriptive and technical literature review.

KEYWORDS

Christianity; Politics; Worldview; Ideology.

1. INTRODUÇÃO

Para o homem, foram constituídos dois regimes diferentes, mas não independentes em sua totalidade. O primeiro diz respeito às questões da alma, da espiritualidade e vida eterna. O segundo, está relacionado à justiça civil e o exercício público das virtudes. Essa configuração não implica uma dualidade de vida no sentido platônico. Na verdade, ela é o exercício do conceito bíblico de dupla cidadania ao qual todo cristão está sujeito. Tal qual o indivíduo que vive em uma nação estrangeira a sua pátria, este não deixa de ser brasileiro por morar nos Estados Unidos, no entanto, se submete às leis e governos de uma nova jurisdição. Desta mesma forma somos nós quando nos convertemos e nos submetemos ao Senhorio de Cristo. Nós não deixamos a Terra para viver nos céus, pelo contrário, continuamos como cidadãos terrenos, mas submetidos a novas leis e conceitos advindos de uma nova cidadania, ao mesmo tempo sujeitos a Deus e ao governo terreno.

Travam-se hoje, grandes debates em torno da Religião e seu campo de atuação. Caberia a religião somente a esfera privada ou também há espaço para seu exercício na esfera pública? Cada vez mais os religiosos rejeitam a profissão de sua fé limitada a esfera privada. Atualmente, ainda que sejam poucos dentre a grande massa, muitos fiéis se esforçam para moldar as suas vidas públicas de acordo com os padrões estabelecidos pela fé professada fazendo assim com que essas perspectivas abranjam a totalidade de suas vidas. Família, Artes, Educação, Economia, Mídia, Religião, Trabalho. Todas as esferas da sociedade são moldadas a partir de uma perspectiva ou cosmovisão que definem como estas são estruturadas bem como se dão nossos relacionamentos com elas.

A cosmovisão humanista secular tem, com efeito, moldado o pensamento humano e assim excluído a Religião do espaço público, conseqüentemente, os cristãos têm tomado posições que são contrárias ao exercício de sua fé em relação a

cada uma destas esferas. No meio político, por exemplo, as abordagens tomadas são de neutralidade, exclusão ou a apropriação de uma espécie de totalitarismo religioso. Naqueles que decidem se envolver politicamente encontramos uma espécie de esquizofrenia identitária. Vemos muitos cristãos apoiando político A com tanta veneração que este chega a refletir a figura de um deus. Outros extravasam suas expectativas e defendem as posições do político B com tanta veemência que projetam neste a figura de um salvador. A política tem o poder de despertar nas pessoas grandes paixões e como qualquer paixão ela cega o entendimento dos que estão apaixonados. Tal qual adolescente apaixonado é incapaz de enxergar os defeitos existentes no alvo de sua paixão, assim também são estes quando relativizando atitudes morais e apoiando ideias abomináveis acabam vendendo a fé ao excluí-la do debate.

Partindo do princípio de dupla cidadania, estabelecemos a responsabilidade civil como sendo o exercício da cidadania onde cada cidadão tem o direito e o dever de participar dos destinos da sociedade, participar de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, votar ou se candidatar aos cargos públicos enfim, exercer civilidade. Um dos grandes equívocos entre os cristãos contemporâneos diz respeito a falta de interesse, engajamento e, às vezes, submissão nas questões relacionadas à política e governo. Instaurou-se na comunidade cristã, principalmente na América Latina, uma falsa ideia de que o cristão não deve se posicionar quanto a este ou aquele ideal político. Influenciados talvez por uma consciência separatista, erroneamente derivada da Reforma Protestante e da separação da Igreja e Estado, uma concepção de separação total e irreconciliável foi incorporada a consciência social anabatista. A maior objeção dentre os que se posicionam contra o envolvimento político pode ser resumida na seguinte sentença: “A política é mundana e não é lugar para os crentes, é melhor pregar o evangelho e esperar o retorno de Jesus”. Para eles nada irá bem se não houver uma mudança drástica no sistema de governo atual.

Já entre aqueles que buscam ter um relacionamento ativo, o envolvimento político pode nos ajudar a construir uma estrutura social mais justa. Essa foi a concepção de William Wilberforce diante do cenário de escravidão de seus dias. Após sua conversão, ele entendeu que Deus o tinha chamado para lutar pela liberdade dos oprimidos como um parlamentar e o resultado da apropriação dessa responsabilidade foi o abolicionismo inglês. Sua visão é

resumida na sua célebre frase; “Minha caminhada é pública. Meu trabalho é no mundo”.

Por outro lado, a Igreja não é responsável por redimir o mundo ou a esfera política, esse poder é único e exclusivo do próprio Cristo. Nosso dever é apontar o caminho para uma sociedade mais justa influenciando o mundo ao testemunharmos de Cristo e Seu Reino vindouro. A Idade Média já nos mostrou o quão perigoso pode ser a realidade do poder totalitário da Igreja. A ruptura foi de extrema necessidade, pois a Igreja e o Estado devem orbitar esferas separadas. No entanto, o distanciamento total não é a resposta final diante dos preceitos bíblicos. Diante disso, resta-nos saber qual o papel do cristão em relação à Política. Existe espaço para o cristão nesta esfera? É possível ter um posicionamento político e ser fiel ao compromisso de se manter leal as Escrituras transmitindo seus valores no mundo contemporâneo? Como o cristão deve se relacionar com o Estado?

O cristianismo bíblico nos coloca em curso de colisão com os valores contemporâneos. Nossa fé não pode ser privatizada. Nós fomos chamados para testemunhar a verdade de Cristo e esse exercício nos leva para o mundo. Acreditar que existe uma esfera da realidade humana que Deus não exerça soberania é uma ideia demoníaca.

2. GREG BOYD E O ESTADO DEMONÍACO

Greg Boyd, teólogo e pregador norte americano, escreveu o livro *The Myth of a Christian Nation* (O mito da nação cristã). A ideia do livro veio por causa das eleições presidenciais de 2004 nos Estados Unidos. Como qualquer outro pastor em período de eleição, existe muita pressão advinda de políticos e membros da igreja para “pastorear o rebanho” para votar no “candidato certo”. Com o intuito de expor o perigo de associar a fé cristã a qualquer ponto de vista político, Boyd criou uma série de sermões baseados na Bíblia os quais expõe justificativas pelas quais a igreja deveria se manter afastada da atividade política. São estes sermões intitulados de *“The Cross and the Sword”* (A Cruz e a Espada) que compõem a base do seu livro. A ideia central é de que os cristãos não devem apoiar, afim de trazer justiça, o uso do poder sobre outras pessoas.

Ao mesmo tempo em que Boyd reconhece que Deus usa mandamentos para o bem das pessoas decaídas, ele relativiza essa

verdade ao supervalorizar uma outra força que é hostil a Deus e que influencia os governos terrenos a realizar o mal. De acordo com ele o Estado é “demoníaco” (BOYD G. A., 2007, p. 21). A base bíblica para tal se encontra em Lucas 4, no episódio em que Jesus é tentado por Satanás:

O diabo o levou a um lugar alto e mostrou-lhe num relance todos os governos do mundo. E lhe disse: “Eu lhe darei toda a autoridade sobre eles e todo o seu esplendor, porque me foram dados e posso dá-los a quem quiser. Então, se você me adorar, tudo será seu. (Lc 4.5-7)

Para Boyd a alegação de Satanás é tida como verdadeira pela não contestação de Jesus à sua afirmação, sendo assim, segundo sua lógica, Satanás possui autoridade sobre todos os reinos do mundo e os dá a quem quiser. Embora reconheça que certos governos são melhores que outros por cumprir o propósito de Deus de preservar a Lei e a ordem, Boyd afirma que nenhum governo terrestre, por melhor que seja, está isento do ensinamento das Escrituras de que faz parte da “Babilônia”, um reino mundano governado por Satanás (BOYD G. A., 2007, p. 21).

A posição radical de Boyd é equivocada. Satanás não está firmado na verdade (Jo 8:44). Ele quer nos levar a crer em suas mentiras. Os reinos dos homens pertencem a Deus (Dn 4:17). Comentando sobre o tema, Wayne Grudem diz que diante da afirmação de Boyd temos duas escolhas: acreditar nas palavras de Satanás ou nas de Jesus ao dizer que ele é o pai da mentira:

O único versículo da Bíblia que diz que satanás tem autoridade sobre todos os governos é proferido pelo pai da mentira, e não devemos crer nele. Greg Boyd se equivoca ao defender a ideia de que todo governo é demoníaco. (GRUDEM, 2014, p. 49)

A teologia de Boyd não leva em consideração o que a própria Bíblia, em sua totalidade, esquadrinha. A Bíblia como um todo é revestida da autoridade de Cristo. Sendo assim toda ela possui autoridade para normatizar as interações humanas. Quando Boyd limita a sua visão política a apenas um texto bíblico, embora ele possua a mesma autoridade que toda a Bíblia, ele não

pode entrar em contradição com outros textos. Daniel diz que os reinos dos homens pertencem a Deus (Dn 4:17). O Altíssimo é quem tem autoridade sobre eles. Diante disso, ou acreditamos nas palavras de Satanás ou na Soberania de Deus. A grande questão é que Boyd não faz o uso dos textos que tratam especificamente do governo civil (Gn 9:5-6; Rm 13; 1Pe 2:13-14).

As implicações da teologia de Boyd levam a graves consequências, Grudem aponta que Boyd desenvolve uma "equivalência moral" entre bons e maus governos, chegando a concluir que cometer atos de terrorismo e se defender destes mesmos atos são coisas moralmente equivalentes (GRUDEM, 2014, p. 51). Outro fator resultante de seu ponto de vista é a rejeição do poder imposto e o uso da espada. Isso implica dizer que para o cristão, até mesmo o uso da violência para proteger a si, um filho ou cônjuge de um agressor é errado. Semelhantemente a ideologia pacifista popularizada abertamente pela mídia e pelos políticos de esquerda no Brasil em relação aos conflitos entre a polícia e os criminosos, Boyd prega a abnegação, a não combater a violência com mais violência pois a imoralidade resultante de tal ação é diametralmente igual à do agressor. A vítima não pode se defender do agressor. Podemos assim dizer que a mulher vítima de uma violência sexual deve permitir que seu agressor faça o que bem entenda sem que haja resistência por parte dela. Ou ainda, que devemos ficar indiferentes quando as mulheres decidem optar por assassinar seus filhos ainda em estágio de gestação.

A interpretação de Romanos 13 de Boyd não faz jus a sua teologia. Para ele em um mundo não caído a ameaça da espada seria desnecessário. A espada é parte de nossa maldição comum, mas Deus a mantém para manter a lei e a ordem no mundo. Por esse motivo, seguidores de Jesus deve ser obediente, tanto quanto possível, a qualquer governo que encontre poder sobre eles (BOYD G. A., 2007, p. 19). Para ele Deus não estabelece os poderes existentes mas apenas os usa para cumprir seus propósitos. Deus usa os governos como eles estão a fim de cumprir seus propósitos providenciais e Romanos 13 em suma diz que o principal objetivo é preservar o máximo de leis possíveis:

Por causa dessa boa função, os discípulos de Jesus são ordenados a "honrar o imperador (1Pe 2:17) e viver em conformidade com as leis de suas terras, tanto quanto possível, isto é, na medida em que essas leis não conflitem com nosso

chamado como cidadãos do reino de Deus. [...] Em suma, devemos ser bons cidadãos de qualquer versão do reino do mundo em que nos encontramos (BOYD G. A., 2007, p. 20).

Apesar de ponderar Romanos, Boyd lança fora o uso de uma poderosa ferramenta que serve para a manutenção da justiça. Em sua consciência, Boyd diz que os cristãos são chamados a manifestar um "reino da cruz" que afeta a cultura através do amor abnegado, não os Romanos 13 "reino da espada" que afeta a cultura através de ações coercitivas. Para ele a função da igreja é servir o mundo com um amor cristão, que é diametralmente oposto à busca do poder político (TELLER, 2016, p. 15). Sua perspectiva isola o cristão do mundo e essa perspectiva vai de encontro com a ordem de Jesus de nos enviar a ele (Jo 20:21).

Em sua visão, Boyd é incapaz de enxergar a diferença entre a função do evangelismo e a função do governo civil. Aqui vemos mais uma vez uma interpretação unilateral. Deus não usa somente o evangelho para restringir o mal. Ele usa o evangelho para mudar o coração das pessoas como também usa as leis e o poder civil para refrear o mal. Certamente, podemos dizer que o evangelho pode mudar o coração e o comportamento da pessoa que dirige alcoolizada, contudo, existe o governo civil para magistrar penas severas as pessoas que assim o fazem. Essas leis servem para preservar a segurança e o bem estar dos cidadãos. Podemos afirmar também que não foi o poder do evangelho que parou Hitler ao converter seu coração ao senhorio de Cristo. Foram as forças militares dos Estados Unidos e Grã-Bretanha que forçaram o tirano a parar. Deus usa as duas forças para refrear o mal e a teologia de Boyd tenta tirar uma delas.

Tal qual um embaixador representa plenamente seu país em uma terra estrangeira, assim somos nós cristãos quando usamos do governo civil para representar os interesses de Deus aqui na Terra. Para esse fim não devemos fazer o uso de apenas uma das esferas propostas por Deus. Devemos fazer o uso de todas as ferramentas dadas por Deus para isso. O exercício civil também é responsável por trazer a vontade de Deus a Terra (Mt 6:10).

3. A PERSPECTIVA BÍBLICA DE GOVERNO E O CHAMADO CRISTÃO

O livro de Gênesis nos mostra que Deus criou todo o cosmos de maneira ordenada. Cada centímetro da criação chamada a existência também responde a voz do Criador para se manter em ordem. Guardados e sustentados pelo Senhor até o dia de sua volta (2Pe 3:5-7). Toda criação responde a sua voz, no entanto, existe uma maneira diferente como a criação humana responde. O homem, por sua rebeldia, adquiriu o conhecimento do bem e do mal, assim, sua resposta as regras ordenadas por Deus para nossa vida podem ser violadas, o que implica que nossa capacidade criativa pode ou não encarnar a ordem divina nas diversas relações sociais. Isso nos leva a uma questão um tanto complicada. Como saber discernir a vontade de Deus? Como podemos saber se Boyd está certo ou não? Como saber se o sistema de governo ao qual estamos inseridos representa de maneira fiel a ordem divina? A resposta a essas perguntas, como já vimos anteriormente, está na observância das diretrizes bíblicas. Apesar de ser perigoso fazer perguntas com as quais a Bíblia não se propõe a responder e o risco de cair no anacronismo ainda assim, aquelas manifestações históricas específicas terão muito a oferecer (GOHEEN & BARTHOLOMEW, 2016, p. 70). A importancia dessa questão está no fato de que nosso chamado nos leva ao mundo. Assim observa Spykman:

Nosso chamado é para levar a ordem *de* nossa vida no mundo de Deus, seja no púlpito ou na política, em nossas salas de aula ou em nosso mundo de negócios, a estar em conformidade com a boa ordem de Deus *para* nossa vida em seu mundo. (SPYKMAN, 1992, pp. 180, grifo do autor)

No Antigo Testamento, observamos o desenvolvimento do poder político, militar e governamental da nação de Israel, o povo escolhido de Deus. Passaremos agora a examinar alguns textos na busca de uma perspectiva bíblica sobre o governo temporal. Começemos pelo ato criacional:

Deus os abençoou, e lhes disse: Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e *subjuguem* a terra! *Dominem* sobre os peixes do mar, sobre as aves

do céu, sobre os grandes animais de toda terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão. (Gênesis 1:28, grifo nosso).

Podemos conjecturar aqui que o poder está ligado a natureza do homem, no entanto, é necessária uma ordem direta do *Criador* para que este possa exercer uma autoridade legal. Essa ordenança concede ao homem uma autorização do Criador de usar seus dons para subjugar a terra e governar o reino animal. O domínio do homem deve promover benefícios para toda a raça. Esse é o modelo de liderança governamental estipulado por Deus. R. C. Sproul, fazendo uma comparação a ordenação pastoral, inferiu essa verdade ao governador da Califórnia em uma reunião a qual foi o orador principal:

Seu ofício é ordenado por Deus, assim como também o é meu ofício de pastor. É por causa da autoridade de Deus que existe tal coisa como um governo. Por esta razão, você é chamado por Deus a ser um ministro, não como um pregador numa igreja local, mas como um oficial deste Estado. (SPROUL, 2014, p. 7)

Observamos aqui a questão do chamado e ofício específico que cada ser humano possui. Sproul observa que o ofício público é ordenado por Deus assim como o ofício pastoral também o é. O governante é um ministro de Deus, usado por Ele para cumprir a sua vontade. Sua legitimidade é advinda do próprio Deus Criador.

3.1 O GOVERNO TEMPORAL E A SOBERANIA DE DEUS NA PERSPECTIVA DE DANIEL

Se por um lado Boyd acredita que todos os reinos humanos estão sob o domínio de Satanás a teologia do livro de Daniel revela outra perspectiva. O livro traz em si muitas lições sobre o governo civil e como o povo de Deus deve se comportar diante deste. Além disso, os textos nos ensinam qual o lugar do governo temporal. No início do livro já podemos encontrar o que rege toda a teologia empregada em Daniel: a soberania de Deus sob os reinos humanos. No terceiro ano do reinado de Jeoaquim,

rei de Judá, Nabucodonosor sitia Jerusalém. Daniel deixa bem claro que foi o Senhor quem entregou Jeoaquim nas mãos do rei da Babilônia (Dn 1:1-2).

Antes de Nabucodonosor invadir e dominar Jerusalém, o profeta Jeremias já tinha profetizado este feito. Na ocasião, o próprio Deus revela a Jeremias que o povo seria levado para o exílio sob o domínio de seu *servo* Nabucodonosor (Jr 25:9; 27:6). A ênfase que trago aqui está na qualidade delegada por Deus a Nabucodonosor: Servo. A palavra usada aqui é עֶבְדִּי que tem raiz em עָבַד que quer dizer servo, escravo, ou seja, trabalhar (em qualquer sentido); por implicação, servir, até, (causativamente) escravizar. A questão levantada aqui serve para contrapor a ideia de Boyd. O rei Nabucodonosor é chamado pelo próprio Deus como seu servo e não como sendo um servo de Satanás. Em última instância a servidão é dirigida ao Supremo Deus Criador, o Altíssimo, para o cumprimento de seu propósito no estabelecimento de Seu Reino.

3.2 A REBELDIA DE NABUCODONOSOR

No segundo ano de seu reinado, Nabucodonosor teve um sonho que ninguém foi capaz de interpretar. Daniel, também conhecido como Beltessazar, recebeu de Deus a interpretação do sonho do rei. Em seu sonho, Nabucodonosor, vê uma estátua com a cabeça feita de ouro, o peito e braços feitos de prata, o ventre e os quadris de bronze, as pernas de ferro e os pés de ferro e barro. Ainda em seu sonho, o rei viu que uma pedra se soltou e sem auxílio de mãos, atingiu a estátua em seus pés fazendo com que toda ela fosse despedaçada e espalhada pelo vento enquanto a pedra que a atingiu tornou-se uma montanha e encheu toda a terra (Dn 2:31-35).

Em poucas palavras, o sonho revela as coisas que acontecerão na sucessão de reinos a partir de Nabucodonosor e a força que haverá em cada um até a destruição destes pelo estabelecimento de um reino vindouro cujo Soberano reinará para sempre. Daniel interpreta o sonho de Nabucodonosor e as suas palavras iniciais trazem grande importância para nosso estudo:

Tu, ó rei, és rei de reis. O Deus dos céus concedeu-te domínio, poder, força e glória; nas tuas mãos ele colocou a humanidade, os animais selvagens

e as aves do céu. Onde quer que vivam, ele fez de ti o governante deles todos. Tu és a cabeça de ouro. (Dn 2:37-38, grifo nosso)

Mais uma vez podemos constatar que o governo temporal, o governo dos homens é outorgado por Deus. Daniel revela que Nabucodonosor recebeu do próprio Deus Criador o poder de dominar a criação. O reino dos homens e o reino animal. Podemos perceber que o poder do homem sobre outro homem foi delegado por Deus, não uma construção ou invenção de Satanás, mas sim a reprodução da vontade divina.

Quando Nabucodonosor ouviu a interpretação de seu sonho caiu ao chão e adorou a Deus dizendo que este é o Deus dos deuses (Dn 2:46-47), no entanto, com o passar do tempo o rei construiu uma estátua de ouro e emitiu um decreto convocando todo o povo a adorar a imagem. O rei que, sabendo da soberania e poder do Deus de Daniel, ainda assim, resolveu se colocar na posição de deus exigindo para si a adoração.

Esse fato é importante para uma questão que trataremos um pouco mais a frente: a questão da desobediência civil. Sadraque, Mesaque e Abede-Nego recusaram-se a obedecer ao decreto real diante do próprio rei sob a pena de morte. Os três judeus foram condenados a fornalha de fogo por sua desobediência, por sua vez o Senhor Deus livrou os três da morte preservando suas vidas em meio às chamas. O que nos mostra que mesmo que um rei ou autoridade exija para si aquilo que pertence a Deus é errado obedecê-lo.

Não bastasse esses fatos, o rei Nabucodonosor mais uma vez tem um sonho e Daniel revela seu significado (Dn 4). Dessa vez o rei sonhou com uma árvore cuja copa encostava nos céus e era visível em toda a terra. Nela havia alimento e refúgio para todos. Eis que ainda em sonho, desceu um anjo que proclamou a derrubada da árvore, o corte de todos os seus galhos, mas a preservação do toco e da raiz. Daniel interpreta o sonho e diz que a árvore era o rei e ele seria retirado do meio do homem para viver entre os animais até admitir que o Altíssimo domina sobre os reinos dos homens e os dá a quem quiser.

O livro de Daniel é um excelente exemplo que contraria a posição de que os reinos humanos pertencem ou estão sob o domínio de Satanás. Por mais poderoso que seja o reino, por mais idólatra seja sua conduta, por mais injusta seja sua política é Deus quem o governa e não Satanás (muito embora haja uma

permissividade derivada de Deus para que este haja). O Altíssimo é quem exerce sua soberania e vontade sob os governos dos homens. É ele quem dá a um e retira do outro esse domínio. Sendo assim o domínio do homem sobre o homem é estabelecido pelo Deus Soberano. A altivez de Nabucodonosor ao expor sua arrogância e presunção em querer para si a glória do império babilônico, o qual foi lhe dado, nos mostra mais uma vez quem é o rei soberano entre as nações. Nabucodonosor e sua Babilônia assim como qualquer outro homem e sua nação não são soberanos. Sua autoridade é dada por Deus e por Ele também é tirada a fim de que reconheçam o Soberano governante do cosmos.

3.3 O PECADO, A NECESSIDADE DE ORDEM E A LEI DE DEUS.

Deus criou o homem para ser um ser social. Nosso desenvolvimento é social, nossa adoração e serviço ao Deus Soberano, embora tenham um cunho íntimo, também é social (Rm 12:5), até nascemos por meio de terceiros, mas filhos de uma mesma raiz. A sociedade é formada por um conjunto de vínculos que reúne as pessoas em torno de suas necessidades, assim todas as instituições são formadas para garantir que suas necessidades sejam atendidas⁶. Sendo assim, a construção de uma sociedade é um caminho natural para o homem. O “fator Queda” manchou a humanidade e conseqüentemente a sociedade composta por estes, incluindo as relações de domínio. A mancha do pecado fez com que o domínio dado ao homem na ordem criacional sobre o reino animal fosse projetado sobre o próprio homem:

Portanto, quando o pecado se revela em todo tipo de vergonha e iniquidade – a glória de Deus exige que estes horrores sejam refreados, que a ordem retorne a este caos, e que uma força compulsória, de fora, faça-se valer para tornar a sociedade humana uma possibilidade. (KUYPER, 2008, p. 89).

⁶ Josemar Bandeira em palestra na Conferência Nuvem em 09 de Novembro de 2019

Por tanto, os magistrados são para todos como um instrumento de graça comum de Deus para exercer a Sua justiça a fim de preservar a Criação de Deus:

O magistrado é um instrumento da “graça comum”, para frustrar toda desordem e violência e para proteger o bem contra o mal. Mas ele é mais. Além de tudo isso, ele é instituído por Deus como seu servo, a fim de que ele possa preservar a gloriosa obra de Deus, na criação da humanidade, da destruição total. (KUYPER, 2008, p. 90)

Essa é a perspectiva em Romanos 13. A primeira sessão desse texto fala sobre a submissão às autoridades. Todos devem se sujeitar às autoridades, pois não há autoridade que não venha de Deus (13:1). A ideia proposta visa demonstrar qual a função do governo temporal bem como sua legitimidade e o dever de obediência civil que lhe é devida. O apóstolo estrutura seu argumento mostrando que toda autoridade civil existente é ordenada pelo próprio Deus. A função governamental é legítima pela vontade de Deus, ou seja, por Ele foi determinada e estabelecida. Sendo assim, o nosso dever civil é a obediência as leis e ordenanças criadas por nosso corpo político. No fim das contas, nossa submissão a Deus é submissão ao Estado.

De acordo com a visão paulina, o Estado tem dois deveres: recompensar a virtude e castigar o perverso (13:3-4). Aqui podemos ver a natureza da vocação de tal função. A administração não pode ser voltada pela busca do próprio prazer e sim ao bem público, ao bem estar do povo. Os magistrados são delegados por Deus para o bem do povo, isso demonstra a dupla responsabilidade dessa vocação pois uma vez designados por Deus, a Deus prestará contas e uma vez que sua função tem efeito direto na vida dos homens, serão aos homens também prestadores e no esforço de garantir que sua função seja cumprida, foi lhe dado o uso da força sancionada pelo próprio Deus:

Governo é força – mas não é qualquer tipo de força. É força apoiada por estrutura oficial e legal. O governo é uma estrutura dotada legalmente do direito de usar a força para compelir seus

cidadãos a fazerem certas coisas, e não fazerem outras coisas. (SPROUL, 2014, p. 10)

O uso da força é legítimo quando usada para boa manutenção social contra os perturbadores da paz. É o Estado quem executa o castigo divino. *“Pois ela não porta a espada sem motivo”* (Rm 13:4). Fazendo um paralelo com Gênesis, podemos observar o uso dessa força empunhada pelo próprio Deus quando Adão desobedece Seu governo e recebe a ordem de exílio. Nesse contexto, a garantia do exílio de Adão vem pela ação do próprio Deus ao colocar no jardim do Éden querubins e uma *espada* flamejante, que guardava o caminho para a árvore da vida (Gn 3:24).

A espada é o símbolo da força. Ela deve ser o temor dos que praticam o mal e não deve ser temida pelos que praticam o bem. Pedro em sua carta também aponta essa condição (1 Pe 2:14). O apóstolo também insiste para que os irmãos vivam entre os pagãos de maneira exemplar, pois mesmo quando acusados de praticar o mal, os homens vejam as suas boas obras e glorifiquem a Deus. O dever de se sujeitar as autoridades sejam elas o rei ou os governadores, deve ser uma forma de sujeição ao Senhor, por tanto tratem a todos com respeito. Temam a Deus e honrem o rei (1Pe 2:13-17).

3.4 O PRETENSO DIREITO DA AUTONOMIA HUMANA: CONSEQUÊNCIA DO ISOLAMENTO

Na Idade Média, a orientação para humanidade vinha de cima, era verticalmente dirigida aos homens. Os princípios religiosos eram levados em consideração. No entanto, com o Renascimento, o homem buscou uma visão mais horizontal no que diz respeito a sua natureza. O desenvolvimento dessa perspectiva rompeu com a crença de que, em última instancia, era Deus quem direcionava a vida do homem. Agora, é o próprio homem quem determina o seu destino. Nesse sentido, o discurso sobre a dignidade humana de Pico della Mirandola foi de grande importância:

Ó Adão, não te demos nem um lugar determinado, nem um aspecto que te seja próprio, nem tarefa alguma específica, a fim de

que obtenhas e possuas aquele lugar, aquele aspecto, aquela tarefa que tu seguramente desejares, tudo segundo o teu parecer e a tua decisão. A natureza bem definida dos outros seres é refreada por leis por nós prescritas. Tu, pelo contrário, não constringido por nenhuma limitação, determiná-la-ás para ti, segundo o teu arbítrio, a cujo poder te entreguei. (ROCHA, 2008, p. 147)

Essa filosofia humanista causa uma verdadeira revolução no pensamento humano. Ela coloca o destino do homem nas mãos do próprio homem o qual, segundo ele, foi criado por Deus sem aspecto ou tarefa específica, ou seja, sem um *telos*. Nesse sentido, o homem pode dar a si mesmo uma teleologia, uma finalidade a qual seja do seu bem entender pois a ele, diferente da natureza, não foi dado nenhuma limitação. Árbitro e soberano artífice de si mesmo, podendo tomar a forma que escolher, degenerando a irracionalidade dos animais ou regenerar-se as realidades superiores segundo a liberalidade do Deus pai.

Aplicando esse conceito a política, poderemos constatar a individualidade que existe tanto no discurso político como na elaboração e o estabelecimento de leis que visam o privado. Por não haver um corpo civil que exija a manutenção do bem público comum, o espaço público deixa de ser o domínio da realização do bem-estar público e passa a ser um campo de batalha de interesses (KUIPER, 2019, p. 222). É no exercício da incivilidade social que começa a degeneração do Estado fazendo com que as pautas que visem desenvolver um bem-estar social dão lugar as questões privadas.

No mundo onde gastam-se milhões em investimento para descobrir se existe vida em outros planetas parece ser de uma irracionalidade paradoxal a descriminalização do aborto. Parece igualmente incoerente termos uma lei de proteção a vida de tartarugas ainda no estágio de ovo quando ao mesmo tempo o desejo por uma lei que legalize o assassinato de um ser humano mesmo em seu estágio embrionário. Um país onde raspar a casca de uma árvore é um crime inafiançável (BRASIL, 1998) ao mesmo tempo em que um assassino pode responder por seu crime em liberdade. Pode até parecer absurdo os comparativos, no entanto isso não diminui a verdade substancial: a relativização do significado e do valor da vida humana.

A ideia pretenciosa de liberdade do indivíduo, ou seja, o desejo de ser dono de si mesmo, causa uma série implicações. Primeiro, ela rejeita a ensino bíblico de submissão, depois afeta todas as relações ao explicar que é errado o Estado exigir que eu sacrifique meus direitos em prol do bem estar da comunidade colocando o apetite particular do indivíduo acima de tudo e todos nas discussões sobre liberdade de reprodução, moral sexual e direito à privacidade. O governo não pode proibir os contraceptivos ou o aborto, a lei não pode punir o adultério a homossexualidade ou a prostituição, a venda dos próprios órgãos ou o suicídio assistido, pois o Estado não é dono do meu corpo e portanto não pode me impedir de dispor do meu corpo ou da minha vida da maneira que eu quiser (SENDEL, 2015, p. 90)

Por isso é necessário desenvolver um pensamento crítico sobre essas questões. Não podemos simplesmente lavar as mãos e nos abster de nossas obrigações. Tomar posse dos direitos civis significa tomar consciência da responsabilidade que temos em participar e cooperar nas decisões referentes a administração pública. A ideia de excluir o campo político da atuação cristã é contrária aos ensinamentos bíblicos. Jesus nos convoca a testemunhar de nossa fé de maneira pública, o que inclui o governo temporal: “Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus” (Mt 15:6), pois é da vontade de Deus que, praticando o bem (obedecendo as autoridades), vocês silenciem a ignorância dos insensatos (1Pe 2:15, Tt 3:1-8).

3.5 A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

“Deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22:21). Essa foi a resposta de Jesus dada aos fariseus em sua tentativa de armar contra o Messias. Devido ao contexto em que viviam naquela época, o povo judeu deveria pagar impostos a César, a autoridade máxima de todo o Império Romano. A astúcia dos fariseus foi vencida pela afirmação de Jesus em honrar a César ao mesmo tempo em que a diferenciou da suprema honra e lealdade última que é dirigida a Deus. Para nós, esse episódio nos mostra com efeito que temos uma dupla cidadania. De acordo com Boyd, em um de seus sermões, ele afirma que: “A verdade é que não temos, apesar de todo o ensino contrário, com base no Novo Testamento, uma dupla cidadania” (BOYD G. , 2009).

Na teologia de Boyd não existe uma dupla lealdade, ou seja, a Deus e ao Estado. Os cristãos não devem estar divididos em se submeter a Deus e ao Estado ao mesmo tempo. Em sua perspectiva, Boyd se apoia em Gênesis para nos lembrar que temos a *Imago Dei*, que fomos feitos à imagem de Deus. César por sua vez gravou a sua imagem na moeda o que simboliza idolatria, desta forma Jesus nos manda dar tudo o que pertence a César, ou seja, todo o dinheiro, o que nos leva a considerar que não devemos manter nenhuma espécie de relacionamento ou uso de dinheiro. Como temos a imagem de Deus devemos dar a Ele o que é à sua imagem: todo o nosso ser.

Boyd chega a conclusão dos “anarquistas cristãos”. A principal bandeira levantada pelo movimento é a ideia de que Deus é a autoridade sobre todas as coisas. Essa ideia faz com que seja rejeitada a idealização de um sistema de Governo que forneça ao homem uma autoridade sobre a sociedade. Seu ideal está na luta pela supressão das estruturas destes governos mecânicos, ou seja, não naturais, em prol do Governo Soberano do próprio Deus. Liev Tolstói, um dos maiores expoentes do anarquismo cristão, argumenta que é um erro interpretar a resposta de Jesus como a necessidade de obediência a César:

Não apenas a completa falta de entendimento sobre o ensinamento de Cristo, mas também uma completa falta de vontade de entendê-lo poderia admitir este surpreendente erro de interpretação que afirma que "A César o que é de César" significa a necessidade de obedecer César. (GROSS, 2008, p. 223)

Para Tolstói, de acordo com Gross, Jesus não reconheceu a obrigatoriedade do pagamento. Se esse fosse o caso Jesus teria dito "Sim, devemos pagá-lo". O autor afirma que Jesus diz para dar a César o dinheiro, que como a imagem gravada sugere, pertence a César. A vida pertence a Deus. Assim, Jesus não encoraja obediência ao poder, mas, ao contrário, afirma que, em tudo que pertence a Deus, não é correto obedecer a César.

Para corroborar sua perspectiva, Boyd faz o uso de Filipenses afirmando a singularidade de nossa cidadania: “A nossa cidadania porém está nos céus” (Fp 3:20). Ainda como reforço Boyd nos traz a mente a ideia que somos como estrangeiros nesse mundo (1Pe 1:17 e 2:11). Pedro nos exorta a vivermos como

estrangeiros em exílio pois a nossa cidadania é do céu e portanto, não devemos nos misturar, não devemos ter qualquer aliança com poderes terrenos. Na perspectiva de Deus nós não somos cidadãos terrenos. Isso implica dizer que nossa aliança é uma só, assim como nossa lealdade também o é pois não podemos servir a dois senhores (Mt 6:24 e 1Co 8:5-6).

Parece muito mais complexo chegar a essa conclusão que simplesmente aceitar o que o texto se propõe a dizer: dar a César o que é de César. Filipenses não está inserido num contexto de responsabilidade social e sim sobre o dever para com a esfera divina. A deficiência na teologia de Boyd é incapaz de enxergar que mesmo sendo como estrangeiros nesse mundo Pedro nos exorta que por amor ao Senhor nos sujeitemos a toda autoridade constituída entre os homens; seja aos reis, como autoridades supremas, seja aos governantes, como por ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem (1Pe 2:13). Quando Boyd apoia sua teologia em um único verso (Lc 4) como já mencionamos, tudo o que ele faz é buscar somente aquilo que contribui para sua perspectiva. Sua limitação é tão grande que é incapaz de ponderar aquilo Pedro nos ensina em apenas 2 versos depois.

3.6 O GOVERNO DE CÉSAR SOB A SOBERANIA DE DEUS

Jesus não veio ao mundo para resolver as nossas questões políticas. Ele não veio para colocar em ordem o sistema de César, muito menos para dizer qual sistema político é o mais adequado. Muito pelo contrário, Sua missão era trazer a salvação ao mundo caído e revelar o Reino de Deus. Jesus perante Pilatos revela que o Seu Reino não é deste mundo (Jo 18:36), no entanto, Jesus não nos incita à insurreição ou rebeldia contra o reino dos homens.

Quando Jesus diz: “a Deus o que é de Deus”, Piper (2015) faz três implicações: a) tudo pertence a Deus b) limitação da autoridade de César e c) nossa submissão. Vejamos a primeira implicação na visão do salmista: “Do Senhor é a terra e tudo que nela existe” (Sl 24:1), “pois do Senhor é o reino e ele governa as nações” (Sl 22:28). A ideia de conceber uma realidade da vida que não haja o senhorio de Deus, ou que Ele não exerça soberania é diabólica. César faz parte da soberania de Deus. Tudo que César possui e toda a sua autoridade é derivada de Deus e Jesus afirma isto: Disse Pilatos: “Não sabe que eu tenho autoridade para libertá-

lo e para crucificá-lo?” Jesus respondeu: “Não terias nenhuma autoridade sobre mim, se esta não te fosse dada de cima” (Jo 19:10-11). Diante disso, podemos perceber que César e todos os seus subordinados, o Estado mais elevado e todas as nações têm autoridade somente sob a soberania de Deus. O que significa, de acordo com John Piper (2015), que tudo que reivindicam, reivindicam diretamente.

A segunda implicação é a limitação da autoridade da esfera de César. Tomemos de exemplo a afirmação de Pedro diante da proibição do sumo sacerdote com referência ao ensino de Cristo. Assim diz Pedro: “É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens” (At 5:29). Pedro aqui generaliza sua afirmação ao não definir um homem ou poder específico. As parteiras não obedeceram ao rei do Egito (Ex 1:17), Daniel não obedeceu ao decreto do rei Dario (Dn 6:13). Esses textos nos mostram que quando uma autoridade, seja ela quem for, disser para fazer aquilo que é contrário aos mandamentos de Deus é nosso dever dizer não (exploraremos um pouco mais desse ponto mais à frente).

E finalmente, a terceira implicação: submissão. Romanos 13 nos diz que devemos nos submeter às autoridades. Paulo escreve essa carta em meio ao reinado de Nero, um dos maiores perseguidores da igreja. Mesmo vendo toda as atrocidades que caía sobre os cristãos em Roma, o apóstolo enfatiza a submissão às autoridades não apenas pela possibilidade de punição mas por uma questão de consciência (Rm 13:5). O apóstolo Pedro, como já vimos, também exorta o povo a submissão às autoridades. Para o apóstolo a submissão deve ser efetivada por amor ao Senhor (1Pe 2:13). Os cristãos devem ser humildes e obedientes às autoridades constituídas sobre eles. Devemos respeitar as leis vigentes em nossa nação, como empregados, respeitar as normas da empresa, como alunos, respeitosos para com os professores, como filhos, obedientes aos pais, etc. Tudo isso não por não por uma autoridade humana, mas por amor ao nosso Deus.

4. ESBOLÇANDO OS LIMITES DAS ESFERAS

Um dos mais trágicos e sombrios períodos históricos da humanidade se deu na Alemanha nazista. O conhecimento sobre as atrocidades cometidas pelo nacional-socialismo alemão é conhecido historicamente pela grande massa mundial. Um governo totalitário que suprimiu todas as esferas relacionais em si

e retirou do povo o prazer de viver. A igreja luterana tinha como uma das mais importantes tradições a doutrina de dois reinos: Igreja e Estado. Caberia à Igreja, representada pelo altar, toda a ação evangélica, ou seja, a pregação da Palavra. E ao Estado, representado pelo trono, caberiam as questões políticas e sociais, cuja função principal é ser a “espada”, o juízo sobre o pecado (FERREIRA F. , 2010, p. 10).

Essa estrutura, de acordo com Ferreira (2010, p. 10), indicava que a relação do cristão com os poderes seculares limitasse-se à quietude de um “estar-em-mas-não-pertencer-ao” Estado, o que produziu entre os luteranos alemães um legado de subserviência às autoridades seculares. Quando o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães ascendeu ao poder tendo como presidente Adolf Hitler, essa subservidão colocou os luteranos a mercê de um grande desafio: o caráter totalitário da ideologia nacional-socialista alemã. Em 1933 a Igreja do Reich foi instaurada, uma igreja estatal formada pelos “cristãos alemães”. Em Novembro de 1933 cerca de vinte mil “cristãos alemães” se reuniram ao som da música “Castelo Forte” para afirmar: (1) a necessidade de se remover todos os pastores que se opusessem ao nacional-socialismo; (2) a expulsão dos membros de origem judaica; (3) a aplicação do Parágrafo Ariano (lei que obrigava todos os servidores públicos e suas esposas a “não possuir sangue judeu”); (4) a remoção do Antigo Testamento das Escrituras; (5) a remoção de aspectos que não fossem germânicos da liturgia; e (6) a revisão do Novo Testamento por meio da adoção de uma interpretação mais “heroica” e “positiva” de Jesus, não mais como o crucificado, mas como rei que lutou contra a influência judaica (FERREIRA F. , 2010, p. 16).

A doutrina de dois reinos luterana desempenhou um papel fundamental na escalada do domínio totalitário nazista dando uma legalidade eclesiástica do poder do Estado numa concepção errada de sua função. Foi nesse momento que a Declaração Teológica de Barmen foi composta e deflagrou a “disputa pela igreja”. Composta por Karl Barth, Hans Asmussen e Thomas Breit, a declaração foi apresentada num concílio composto por 138 delegados das igrejas luteranas, protestantes e livres que aprovaram o documento e marcou o movimento eclesiástico contra as ações do governo alemão. Ainda assim, podemos observar na declaração o dever divino que foi delegado por Deus e que deve ser zelado pelo Estado. Ela ressalta também o uso da

força que pode ser investida nesse intuito de fazer valer a justiça e a paz:

A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. (DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN, inciso 5)

Lembre-se de Nabucodonosor, rei da Babilônia, o qual Deus o chamou *meu servo* (Jr 25:9, 27:6). Em Jeremias diz o senhor: “Eu fiz a terra, os seres humanos e os animais que nela estão, com o meu grande poder e com meu braço estendido, e eu a dou a quem eu quiser” (Jr 27:5). Ao Senhor pertence os domínios e os reis da terra. Tanto os que, em nossa finita capacidade analítica, julgamos ser justos, quanto os que igualmente julgamos encontrar diretrizes diabólicas. Lembremos do que diz Paulo. Toda autoridade é serva de Deus (Rm 13:4). Honra, temor, imposto e tributo. Daí a cada um segundo o que é lhe é devido, pois os governos, magistrados e toda autoridade vem de Deus e por Ele é instituída. Resistir ou negar a submissão a estes é ir contra os desígnios do Senhor (1Pe 2:15).

Mesmo assim, entendendo a missão divina do Estado, a declaração salienta os limites do poder temporal. A tentativa de domínio da Igreja pela imposição de uma instituição estatal foi fortemente criticada:

Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja [...] Rejeitamos a falsa doutrina de que a igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado. (DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN)

Do mesmo modo que Deus delimitou a área de atuação do Estado, também o fez com a Igreja. Essas duas instituições derivam autoridade da mesma fonte: Deus. Em sua soberania, criou várias instituições independentes (escola, Estado, família, igreja, etc.), e cada uma dessas instituições possui uma área específica de atuação, uma linguagem distinta, um método próprio e uma autoridade e regência delimitada. É a essa estrutura que na teologia reformada chamamos de soberania das esferas:

De uma perspectiva calvinista, entendemos, então, que a família, as empresas, a ciência, a arte, etc. são todas esferas sociais que não devem sua existência ao Estado e que não derivam sua lei de vida da superioridade do Estado, mas que obedecem a uma autoridade superior interna à sua área. (MOUW, 2011, p. 90)

Embora digamos que sejam soberanas, elas não são autônomas. Sua soberania está em si mesma, ou seja, em sua área de atuação. Por exemplo, ao Estado compete criar e desenvolver estruturas e normas que venham desempenhar seu papel na luta contra os criminosos bem como garantir a segurança e promovendo o bem estar dos cidadãos. Não cabe a ele a função de legislar sobre o que é certo ou errado na esfera da Igreja. Quando ele tenta exercer autoridade sobre outra esfera, fora de sua delimitação, ultrapassa os limites de sua soberania.

A igreja do Reich exigia submissão e acusava quem a resistisse de agir contra a unidade da nação alemã. Nossa submissão última reside na pessoa de Cristo e qualquer que seja a força que se oponha a esta verdade reivindica para si a qualidade e autoridade de “deus”. Isso demonstra a raiz idólatra que é intrínseca às ideologias. Cada ideologia possui uma natureza religiosa a qual exige o depósito da fé e esperança de seus adeptos. Vale a pena discutirmos um pouco sobre essa característica pois como disse Nancy Pearcey (2006, p. 45) “A fé é uma prática humana universal, e se não for dirigida a Deus será dirigida a outra coisa”.

4.1 IDEOLOGIA E IDOLATRIA

A ideologia funciona como um tipo de idolatria. Elas fornecem uma falsa consciência da realidade com potencialidades

totalitárias. Koyzis (2014, p. 33) afirma que a idolatria escolhe um elemento da Criação e o coloca acima dela. O autor ainda afirma que pelo fato de a religião abranger todas as áreas da vida, assim também, a idolatria, tenta sujeitar toda criação a seu deus imaginário.

Existe uma grande importância nesse assunto. No Brasil por exemplo, as últimas eleições para presidente ocorridas em 2018 trouxeram à tona um sentimento adormecido. Infelizmente o sentimento despertado tomou conta do ser. Tanto cristãos como não cristãos se entregaram de uma maneira profunda na corrida presidencial e ainda hoje podemos ver essa paixão. Para alguns o presidente Bolsonaro é comparado a figura de um salvador e redentor. Para outros o ex-presidente Lula é como um Deus. As paixões políticas são levadas a extremos que projetamos nos homens aquilo que somente Deus pode fazer. Nenhum candidato, partido ou ideologia política pode assumir o lugar que pertence a Deus. Ele é o único soberano acima de todas as coisas e cada ideologia política tem em si seus próprios deuses.

O liberal coloca a autonomia do indivíduo acima de qualquer autoridade política externa. Ele é incapaz de ver o Estado como uma comunidade dotada de autoridade que independe do consenso dos indivíduos que a constituem (KOYZIS, 2014, p. 86). O conservadorismo não é intrinsecamente cristão, pois depende da tradição a qual está inserido, por outro lado, tradição não garante legitimidade cristã. Outro fator substancial se encontra na razão dessa ideologia não oferecer uma visão coerente de Estado, ou seja, não coloca o Estado em uma posição legítima na Criação de Deus (KOYZIS, 2014, p. 116). O nacionalismo endeusa a nação e assim tem forte inclinação totalitária se colocando, de maneira autoritária, acima das outras por meio de sua suposta superioridade. A democracia é digna de louvor, no entanto, fornece uma certa ditadura da maioria onde o interesse desta subjuga os anseios das minorias. O socialismo é incapaz de reconhecer limites normativos à missão estatal.

Mais uma vez, tal qual adolescente apaixonado é incapaz de reconhecer, por sua cegueira, o mal que existe em seu fanatismo e obsessão projetado por uma idolatria dirigida a pessoa amada, assim também se dão os eleitores apaixonados por seus candidatos. Incapazes de medir o que é certo e errado nas posições e atitudes tomadas por seu pequeno “deus” imaginário. Muitas vezes a entrega pessoal é tão forte que se pode assemelhar a uma espécie de adoração. Vemos pessoas distribuindo folhetos,

caminhando sob sol forte, divulgando as promessas políticas nas conversas com amigos, no almoço com a família, se entregando totalmente nas redes sociais. Nessa paixão desenfreada ainda há espaço para difamação do “inimigo”: o candidato oposto.

Cegos por este sentimento, não percebemos que substituímos nosso ato de adoração a Deus e o projetamos no homem. Não que seja errado apoiar um candidato o qual se acredita. O problema está no depósito total da fé, incapacitando nossa percepção da realidade. A tentativa de assassinato do então candidato à presidência da república nas eleições de 2018 é justificada pelo discurso de violência que o mesmo assume. O fervor da devoção faz com que todos os meios para o alcance do objetivo sejam relativizados. O discurso de ódio é adotado em prol da difamação do adversário, a comemoração em massa da soltura de centenas de criminosos e ainda existe o uso de referencial bíblico para sustentar A ou B. Precisamos estar ciente de que nossa adoração deve ser voltada a Deus. Nossas esperanças devem repousar somente Nele. O Governo terreno não pode trazer a salvação da humanidade. Projetar essa função divina tanto no Estado, como instituição, como no homem na figura do político é idolatria. É a quebra do primeiro e maior mandamento.

Por sermos cristãos, divulgadores da mensagem da *Verdade*, às vezes, até por nosso senso de justiça, nos esquecemos que também temos nosso limite de atuação. Sabemos que se envolver nas questões políticas é uma coisa louvável como já ponderamos, no entanto, em nosso anseio por trazer uma melhor qualidade de vida aos nossos semelhantes, podemos ultrapassar os nossos limites. A lógica secularista contemporânea nos impulsiona a exercer a fé de maneira privada, ou seja, em nossos lares e igrejas. O ensino da carta de Paulo nos diz o contrário, que a nossa fé deve ser exercida com força, paixão, graça e misericórdia também na esfera pública, pois todos estamos debaixo do julgamento divino (FERREIRA F. , 2016, p. 70). Mas quando ultrapassamos nossos limites, nos esquecemos de nossa função primordial e também assumimos um caráter totalitário. E semelhantemente a igreja medieval, produzindo, por meio da força, uma grande massa de hipócritas. Mesmo que seja em nome do Reino de Cristo, atiramos no próprio pé.

A Companhia de Jesus por exemplo, era uma ordem religiosa reconhecida por bula papal e servia como um braço militar da igreja católica da Idade Média. Em sua consciência social, conceitos como liberdade, democracia e justiça eram

fundamentais. De acordo com Dreher, em sua estrutura social a liberdade era superior a autoridade, vista que a última derivava da soberania popular. Nesse caso, quando um tirano desrespeitava essa supremacia, sua morte bem como o direito de revolução não eram descartados (DREHER, 1999, p. 168). Tudo isso baseado em seu lema *Ad Maiorem Dei Gloriam*, para a maior glória de Deus. Extinguindo da terra todos inimigos.

A invasão da igreja na esfera política na Idade Média mostrou os perigos de tal domínio. As chamadas guerras santas e as inquisições levaram milhares a condenação de morte pela Igreja. Em Paulo nós podemos ver que a espada, o poder de matar foi delegado ao Estado e não Igreja. Sendo assim a Igreja como instituição ultrapassou seus limites de soberania e tomou a função do Estado em julgar quem deve viver ou morrer. Já na Alemanha nazista o Estado invadiu a esfera da Igreja reinterpretao as Escrituras afim de obter o poder absoluto da existência humana. A usurpação do poder de uma esfera pela outra traz graves consequências. Ressalto este ponto para que tenhamos uma consciência social saudável. Cada esfera possui sua função específica e o fato de sermos subordinados do supremo legislador do universo não nos coloca numa posição de privilégio em relação as outras relações sociais. Isso demonstra que o problema não é este ou aquele modelo em si, mas a maneira de seu exercício. O sucesso de qualquer modelo político ou governante está em uma adequação aos postulados da revelação, tanto por parte dos governados, quanto dos governantes. (CAVALCANTI, 2002, p. 29).

Embora saibamos que toda a criação geme com dores de parto e espera ansiosa pela revelação dos filhos de Deus (Rm 8:19) não é nossa função redimi-la pelo uso da força. A Redenção de todas as coisas será efetivada pelo próprio Deus. Precisamos entender qual o nosso lugar no drama bíblico. O papel da Igreja não é o mesmo do cristão. À Igreja foi dada o ministério do Evangelho que traz luz para os homens. Ao cristão foi outorgado o dever de ser sal e luz, espalhados por todas as instituições e camadas sociais onde a Igreja é limitada, afim de que defendamos a justiça e a retidão exercendo uma a maior influência possível. Ao Estado foi concedido o poder do governo civil para garantir o bem-estar social entre os cidadãos. É dever do magistrado o desenvolvimento de ferramentas que possam garantir o bem-estar social. Cada esfera em seu devido lugar tendo o potencial de influenciar umas às outras não de maneira autoritária mais cooperativa afim de alcançar mesmo que de maneira finita a

harmonia entre as relações sociais. Mas em que ponto o dever de obedecer a leis estabelecidas deixa de ser obrigatório?

4.2 DESOBEDIÊNCIA CIVIL

A desobediência civil é um ato político realizado publicamente que se opõe a uma conduta, postura ou ato de injustiça imposto por um governo. Dada de forma pacífica, é geralmente conduzida com intuito de alcançar uma mudança nas medidas políticas implementadas pelo corpo político. Thoreau escreve:

Todos os homens reconhecem o direito de revolução; isto é, o direito de recusar obediência ao governo, e de resistir a ele, quando sua tirania ou sua ineficiência são grandes e intoleráveis. (THOREAU, 2012, p. n.p)

Thoreau desenvolve o conceito de desobediência civil como sendo um direito natural de todo ser humano. Apelando a consciência o autor infere que ninguém pode associar-se a um governo com o qual não concorde sem perder a sua honra. O autor exemplifica sua posição usando seu contexto histórico onde soldados americanos marchavam ao México contra a própria vontade. Thoreau diz que a maior afronta a essa força que coage as pessoas a fazer aquilo que não querem é a desobediência. Não uma desobediência com o cunho anarquista da ala violenta, mas em forma de pacifismo. Para ele o Governo está igualmente sujeito ao abuso e à perversão que o homem e por isso leis injustas existem. Diante disso Thoreau nos faz pensar: devemos nos contentar em obedecê-las? Ou nos empenhar em aperfeiçoá-las, obedecendo até obtermos êxito? Ou devemos transgredi-las imediatamente? (THOREAU, 2012, p. n.p). Do mesmo modo Étienne de La Boétie em seu Discurso da servidão voluntária afirma que para destituir um governo tirânico basta deixá-lo de servir (BOÉTIE, 2009, p. 36).

Do ponto de vista jurídico o direito de resistência, que inclui a desobediência civil, é um mecanismo de autodefesa da sociedade democrática, insurgindo contra leis e governos injustos que usando do poder para a realização de desejo particular prejudica as políticas públicas mais essenciais comprometendo o

bem-estar do povo. Na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 1º, parágrafo único diz que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Sendo assim o direito a resistência quando o corpo político não condiz com os anseios da população:

Direito reconhecido aos cidadãos, em certas condições, de recusa à obediência e de oposição às normas injustas, à opressão e à revolução. Tal direito concretiza-se pela repulsa a preceitos constitucionais discordantes da noção popular de justiça; à violação do governante da ideia de direito de que procede o poder cujas prerrogativas exerce; e pela vontade de estabelecer uma nova ordem jurídica, ante a falta de eco da ordem vigente na consciência jurídica dos membros da coletividade. A resistência é legítima desde que a ordem que o poder pretende impor seja falsa, divorciada do conceito ou ideia de direito imperante na comunidade. O direito de resistência não é um ataque à autoridade, mas sim uma proteção à ordem jurídica que se fundamenta na ideia de um bem a realizar. Se o poder desprezar a ideia do direito, será legítima a resistência, porém é preciso que a opressão seja manifesta, intolerável e irremediável. (DINIZ, 2005, pp. 181-182)

É importante ressaltar que existe espaço para a desobediência civil. Nossa submissão ao Estado não é alienação, ela se deve ao seu status de *servo de Deus*. A medida em que há degeneração de suas funções convergindo para a atuação de um governo tirânico que impõe cargas pesadas aos civis, que não se preocupa com o bem-estar social, menospreza os mais vulneráveis e exigindo para si a qualidade de deus, seguir apoiando esse governo é antibíblico. Assim se sucedeu em muitos episódios da narrativa bíblica. Usando uma citação de Francis Schaeffer, Franklin Ferreira explica que quando o Estado exige para si aquilo que é para Deus, alguma forma de desobediência civil é inevitável:

Os primeiros cristãos morreram porque não obedeceram ao Estado em uma questão civil. As

peças frequentemente dizem que a igreja primitiva não mostrou qualquer desobediência civil. Elas não conhecem história da igreja. Por que os cristãos foram jogados aos leões durante o Império Romano? Do ponto de vista cristão, foi por um motivo religioso, mas do ponto de vista do Estado romano, eles estavam praticando desobediência civil, eles eram rebeldes civis. [...] Os cristãos disseram que não adorariam a César, a ninguém ou nada, a não ser o Deus vivo. Portanto, para o Império Romano, eles eram rebeldes, e isso era desobediência civil. [...] O ponto fundamental é, que, a certa altura, existe não somente o direito, mas o dever de desobedecer ao Estado. (FERREIRA F. , *Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política*, 2016, p. 207)

A história mostra que no primeiro século os cristãos morreram, por enforcamento, assassinados nos duelos de gladiadores, jogados às feras selvagens, usados como tochas humanas, entre muitas outras formas por não adorar a César. Dentro de uma estrutura legítima, é lícito para todo cidadão resistir ao Estado. No caso da Alemanha nazista a igreja usou da desobediência civil rejeitando o caráter totalitário do governo. No livro de Atos temos a desobediência por parte dos apóstolos quando não obedeceram a ordem dos fariseus de parar de pregar a ressurreição de Cristo (Atos 5:29), Daniel desobedeceu o decreto do rei Dario (Dn 6:13), Martin Luther King Jr, usou da desobediência civil como forma de protesto contra as políticas de segregação. Quando uma força reivindica para si àquilo que só pode ser direcionado a Deus ou nos manda contrariar as ordenanças divinas é nosso dever resistir.

5. SAL DA TERRA E LUZ DO MUNDO

5.1 WILLIAM WILBERFORCE E O COMÉRCIO ESCRAVAGISTA

No século 18, a Inglaterra possuía o monopólio do comércio de escravos. A população tirava vantagem desse comércio e via nele uma grande fonte de lucro. Por essa razão

muitos defendiam a prática de maneira voraz. As condições do transporte de escravos eram as mais cruéis possíveis. Em meio a esse cenário, Deus levantou uma geração de políticos cristãos para lutar contra essa prática.

William Wilberforce (1759-1833) iniciou sua carreira política aos vinte e um anos quando foi eleito representante de seu povoado. Aos vinte e quatro anos já era um político famoso com uma grande habilidade de discurso, quando foi eleito representante do condado de Yorkshire, um dos mais importantes da Inglaterra. De acordo com a prática legislativa da época, Wilberforce era perito em usar sagacidade e sarcasmo para destruir os pontos de vista dos seus adversários nos debates parlamentares.

Numa viagem por vários países da Europa com seu amigo Isaac Milner, Wilberforce passou por uma experiência que causaria uma grande mudança em sua vida. Wilberforce admirava Milner desde os tempos de escola. Ela era um cientista matemático que possuía uma mente brilhante ao mesmo tempo que era um cristão convicto. Foi através dele que a semente do evangelho foi plantada. Apesar das influências recebidas quando garoto, mantinha apenas uma fé na existência de Deus. A clareza e coerência de Milner obrigaram Wilberforce a examinar a Bíblia e os princípios do cristianismo de maneira mais séria. Quando voltou da viagem, já estava intelectualmente convencido das verdades bíblicas, do vazio da riqueza e de seu próprio fracasso de abraçar suas ambições.

Antes de se converter ao evangelho vivia uma vida de luxo e farras. Agora, vivera um dilema. Se aceitasse a vida cristã, teria de estar inteiramente à disposição de Deus; e neste caso ficaria excluído do seu círculo de amizades, perderia sua popularidade, e talvez tivesse de abandonar sua ambição política. Teria de escolher entre Cristo e o mundo. Diante do dilema, começou a considerar a opção de retirar-se da vida pública. Conversou com seu amigo William Pitt, o primeiro-ministro, que o aconselhou a não sair da política. Com "dez mil dúvidas", ele se aproximou de John Newton. O santo idoso que ao contrário da opinião da maioria dos evangélicos da época, que achavam a política uma influência muito mundana para qualquer cristão não o aconselhou a deixar o serviço público. Assim escreveu Newton "Esperamos e acreditamos que o Senhor o tenha levantado para o bem da sua igreja, e para o bem da nação".

Um ano após sua conversão o chamado de Deus se tornou claro em sua vida. Assim escreveu ele em seu diário: "O Deus Todo-Poderoso colocou diante de mim dois grandes objetivos, a supressão do tráfico de escravos e a reforma dos costumes" (WILBERFORCE & WILBERFORCE, 1838, p. 69). Deus o chamara para defender a liberdade dos oprimidos como parlamentar. Seu senso de vocação começou a crescer. "Minha caminhada é pública", escreveu ele em seu diário. "Meu negócio é no mundo, e devo me misturar nas assembleias dos homens ou deixar o cargo que a Providência parece ter me designado" (CHRISTIAN HISTORY 53, p. 6). Ele também sentiu cada vez mais o fardo de seu chamado: "Um homem que age de acordo com os princípios que professo", escreveu ele mais tarde, "reflete que deve dar conta de sua conduta política no tribunal de Cristo". Ele considerava a escravidão um crime nacional pelo qual todos os ingleses eram responsáveis. Em 1818, ele escreveu em seu diário: "Nas Escrituras, nenhum crime nacional é condenado com tanta frequência e poucos com tanta força quanto opressão e crueldade, e o não uso de nossos melhores esforços para libertar nossos semelhantes".

Sua luta começou por volta de 1787. Havia pedido a Wilberforce que propusesse a abolição do comércio de escravos, embora quase todos os ingleses achassem a escravidão necessária, ainda que desagradável, e que a ruína econômica certamente viria ao acabar com a escravidão. Apenas uns poucos achavam o comércio de escravos errado. Uma oposição forte se levantou por causa dos benefícios financeiros da escravidão para os comerciantes e para a economia britânica durante vinte anos. Mas em 25 de Março de 1807 a Lei para a Abolição do Comércio de Escravos a qual proibia o comércio de escravos no Império Britânico obteve a aprovação real. Embora não tenha abolido a prática da escravidão, incentivou a ação britânica a pressionar outros estados-nações a abolirem seus próprios negócios escravos.

Wilberforce lutou até a sua morte vinte e seis anos depois, em 1833. A implementação da lei da abolição não somente era controversa e difícil, como tudo o que ela fez foi abolir o tráfico de escravos, não a escravidão em si. E essa se tornou a próxima grande causa. O voto decisivo da vitória veio em 26 de julho de 1833, apenas três dias antes de Wilberforce falecer.

Não só a história mas também a vida de William Wilberforce é uma inspiração para todo cristão. A sua conversão genuína e a aplicação de sua fé em seu cotidiano o levou a uma

decisão importante, ser pastor ou usar seus dons e talentos na reestruturação da sociedade britânica pelo promover de profundas mudanças estruturais no corpo social para a glória de Deus. Viveu uma vida de forma coerente com suas convicções sempre se submetendo ao crivo da Palavra de Deus. Ele rompeu com o pensamento perverso de sua geração sobre a escravidão e lutou em prol da justiça e a promoção do reino de Deus. Com perseverança e ligado a Cristo, William mostrou que não há espaço para conformismo e omissão na vida cristã.

Eu devo confessar [...] que minhas próprias [e sólidas] esperanças pelo bem-estar do meu país não depende de seus navios e exércitos, nem da sabedoria de seus governantes, ou ainda do espírito de seu povo, mas sim da [capacidade de] persuasão de todos aqueles que amam e obedecem ao evangelho de Cristo. (WILBERFORCE W. , 1996, p. IX)

5.2 EU TENHO UM SONHO: MARTIN LUTHER KING JR.

1 de Dezembro de 1955. Rosa Parks, uma costureira negra, se recusa a dar o seu lugar no ônibus para um branco sentar. 1957, estudantes negros conseguem um direito na justiça de ingressar no Ginásio Central de Little Rock, Arkansas, e são expulsos debaixo de insultos e ameaças pela população branca e pela guarda nacional. 1961, Greensboro, Carolina do Norte. Estudantes negros e brancos da começaram a sentar em grupos no chão de lanchonetes, restaurantes, lojas, museus, praças, teatros e demais estabelecimentos da cidade em protesto contra a segregação aos negros nestes locais. 1965, Selma, Alabama. Protesto pela liberação do direito de voto da pessoa negra deixam um rastro de feridos e mortos como resposta da polícia. Esses foram alguns dos momentos marcantes do que ficou conhecido como Movimento dos direitos civis dos negros dos estados Unidos.

É em meio a esse cenário que encontramos o pastor Martin Luther King Jr (1929-1968). Nascido em Atlanta, King Jr, conhecido por promover os direitos civis por meio da não violência e desobediência civil, foi um ministro e ativista cristão americano que se tornou o porta-voz e líder mais visível no movimento dos direitos civis de 1955 até seu assassinato

em 1968. King vinha de uma família de pastores, seu pai e seu avô foram ministros da Igreja Batista Ebenezer em Atlanta. King conta que seu pai fora sua principal influência para ingressar no ministério religioso:

Eu imagino que a influência de meu pai teve grande papel no meu caminho para o ministério. Isto não quer dizer que ele tenha falado comigo para ser um ministro, mas a minha admiração por ele foi um grande fator de motivação; ele foi um exemplo tão nobre a seguir que eu sequer cogitei em não segui-lo. (CARSON C. , 1992, p. 363)

Essa não foi a única marca deixada pelo seu pai. Antes de King Jr., King pai também se engajou na luta pelos direitos civis. Foi um dos primeiros líderes do movimento dos direitos civis dos afro-americanos, chefiou a seção de Atlanta da *National Association for the Advancement of Colored People* (*Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor*) e a *Civic and Political League* (*Liga Cívica e Política*), tendo encorajado seu filho a tornar-se ativo membro do movimento. King Jr, conta que certa vez entrou com o pai numa loja de sapatos onde se sentaram nas primeiras cadeiras vazias que haviam na frente da loja. Foi nesse momento em que um funcionário chegou para o seu pai pedindo para que ele se sentasse em outra cadeira no fundo da loja.

Foi a primeira vez que vi papai tão furioso. Essa experiência me revelou muito cedo que meu pai não havia se adaptado ao sistema e ele desempenhou um papel importante na formação de minha consciência. Ainda me lembro de andar pela rua ao lado dele enquanto ele murmurava: "Não me importo quanto tempo tenho para viver com esse sistema, nunca vou aceitá-lo". (CARSON C. , 2001, p. 8)

Na sua infância, conta ele que havia um sistema bastante rigoroso de segregação em Atlanta. Ele não podia nadar nos clubes, não podia ir a lugares públicos, não podia ir ao balcão de muitas lanchonetes para comprar um hambúrguer, só podia frequentar cinemas negros que só conseguiam exibir os últimos lançamentos três anos depois de serem exibidos nos cinemas

brancos. A institucionalização da segregação racial na conhecida "Era Jim Crow"⁷ (davam luz as leis mais injustas possíveis. As leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros. Estas *Leis de Jim Crow* eram distintas dos *Black Codes*⁸ (1800-1866), que restringiam as liberdades e direitos civis dos afro-americanos.

Toda essa injustiça contra a comunidade negra, despontou nele um grande senso de justiça. Em 1955, Rosa Parks foi presa por se recusar ceder seu lugar no ônibus a um homem branco e acabou sendo presa. O fato levantou a liderança a organizarem um boicote ao ônibus de Montgomery. O movimento, co liderado pelo Dr. King se estendeu de 1 de dezembro de 1955 a 20 de dezembro de 1956, causando déficits elevados no sistema de transporte público de Montgomery, em função de uma grande porcentagem de pessoas que usavam o transporte público deixarem de usá-lo. O boicote só terminou com a decisão da Suprema Corte Americana de tornar ilegal a discriminação racial em transporte público. Durante esse período, King Jr. teve sua casa invadida, recebeu ameaças de morte e foi até preso.

Depois dessa vitória, King participou da fundação da *Southern Christian Leadership Conference* (Conferência da Liderança Cristã do Sul - CLCS) em 1957 com a função de organizar o ativismo em torno da questão dos direitos civis. Devido ao seu empenho em

7 As leis de Jim Crow eram leis estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos. [1] Todos foram promulgados no final do século XIX e início do século XX pelas legislaturas estaduais dominadas pelos democratas após o período de reconstrução. [2] As leis foram aplicadas até 1965. [3] Na prática, as leis de Jim Crow exigiam a segregação racial em todas as instalações públicas nos estados dos ex-Estados Confederados da América e em outros estados, a partir das décadas de 1870 e 1880. As leis de Jim Crow foram mantidas em 1896 no caso de Plessy vs. Ferguson, no qual a Suprema Corte dos EUA estabeleceu sua doutrina legal "separada, mas igual" para instalações para afro-americanos. Além disso, a educação pública havia sido essencialmente segregada desde a sua criação na maior parte do sul após a Guerra Civil (1861 a 1865).

8 Os Black Codes foram leis aprovadas em 1865 e 1866 pelos estados do sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil Americana, a fim de restringir a liberdade dos afro-americanos e obrigá-los a trabalhar em uma economia de trabalho baseada em baixos salários ou dívidas. Faziam parte de um padrão maior de brancos do sul que tentavam manter o domínio político e suprimir os libertos, os escravos afro-americanos recém-emancipados. Os códigos pretos eram essencialmente substitutos dos códigos escravos nesses estados. Nova York, por exemplo, promulgou leis para desencorajar os negros livres de residir nesses estados. A eles foram negados direitos políticos iguais, incluindo o direito de voto, o direito à educação pública e o direito à igualdade de tratamento nos termos da lei. Alguns dos estados do norte revogaram essas leis na mesma época em que a Guerra Civil terminou e a escravidão foi abolida pela emenda constitucional.

Montgomery, King ganhou notoriedade em todo o país, foi ele o primeiro presidente da organização a qual liderou até o dia de sua morte. A estratégia desenvolvida por King era baseada nas ideias da desobediência civil inspirado por Mahatma Ghandi que usou a tática contra a dominação britânica. Aplicando essas estratégias ao movimento, King descobriu que organizar manifestações não violentas contra o sistema segregacional do sul, cuja autoridade respondesse com violência racista diante de uma ampla cobertura midiática, criariam na população um senso comum de repúdio, o que fortalecia movimento e sua luta pelos direitos civis dos negros. Esse tipo de estratégia foi a principal ferramenta que levou o debate sobre os direitos civis a ser o principal assunto político na década de 1960.

Outro grande empreendimento de King foram as Marchas de Selma a Montgomery. Dessa vez a luta era pelo direito do voto. No Alabama antes do direito do voto, havia grandes dificuldades para a população negra. De acordo com o site *Civil Rights Movement*⁹, o cartório de registro de votação ficava aberto durante algumas horas na segunda feira. Para tentar o registro, era necessário sair do trabalho com ou sem autorização do empregador. Se algum empregador branco dessa permissão ou não demitisse um negro que tentasse votar, ele poderia ser afastado dos negócios e sofrer retaliação econômica do Conselho de Cidadãos. Uma vez no cartório de registros, tinham de enfrentar o ódio, desprezo, ameaças, humilhações e insultos por parte dos funcionários do cartório. Se submetiam a um teste de alfabetização e caso passasse por todas as etapas, o cartório passava os nomes dos candidatos a eleitores para o Conselho de Cidadãos e para Ku Klux Kan (uma organização de supremacia branca que usava de violência, muitas vezes resultando em mortes, para intimidar e coagir a comunidade negra) para que as devidas ações fossem tomadas.

As marchas de Selma, mais precisamente o “Domingo sangrento”, onde as forças policiais usaram de muita violência e brutalidade contra os pacíficos manifestantes, mudaram a opinião pública quanto ao movimento dos direitos civis. A repercussão da violência em Selma chegou a Washington e fez com que o presidente Lyndon Baines Johnson apresentasse um projeto de lei

⁹ Site desenvolvido por veteranos do *Southern Freedom Movement (1951-1968)*. Um espaço para mostrar a visão dos fatos pelos óculos dos combatentes que viviam na pele as injustiças da segregação.

que mais tarde se tornaria a Lei dos Direitos ao Voto. Seu discurso emocionou o país e deu um grande fôlego na luta dos afro-americanos. Assim disse o presidente: "se derrotarmos todos os inimigos, dobrarmos nossa riqueza e conquistarmos as estrelas e continuarmos desiguais a essa questão, então teremos falhado como povo e como nação" (WILKER, 1965):

Eu tenho um sonho que um dia essa nação levantar-se-á e viverá o verdadeiro significado da sua crença: "Consideramos essas verdades como auto-evidentes que todos os homens são criados iguais. "[...] E quando isso acontecer [...] seremos capazes de fazer chegar mais rápido o dia em que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão dar-se as mãos e cantar as palavras da antiga canção espiritual negra: Finalmente livres! Finalmente livres! Graças a Deus Todo Poderoso, somos livres, finalmente. (MARTIN LUTHER KING, 1963)

King ganhou o prêmio Nobel da Paz em reconhecimento por seu esforço de luta, não violenta, pelos direitos civis em 1965. Seu sonho era de ver uma nação unida, sem desigualdades, sem injustiças seja por cor, raça, credo, gênero ou qualquer outra coisa. Cresceu em meio a um ambiente hostil e se levantou contra a intolerância e injustiça que pairava o país. Seu nome está gravado na história. Infelizmente, King Jr, não viveu para ver seu sonho se realizar por completo, no entanto, podemos dizer que como Moisés, vislumbrou um horizonte prometido. Após sua morte, o congresso aprovou a Lei dos Direitos Civis de 1968, colocando um fim na impunidade dos que discriminavam não só os afro-americanos, mas a todos os vulneráveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bíblia ensina que o Estado não é uma construção humana. Ele não é fruto de um contrato social imposto por homens afim de institucionalizar as relações sociais. O Estado é como uma dádiva do Criador. É instrumento de sua generosa graça para um mundo caído e com o objetivo de preservar os pecadores. O cristianismo e a política não são antagônicos como muitos pensam, eles possuem apenas funções e responsabilidades

diferentes. Entretanto, existem pontos de convergência que possibilitam o diálogo. É de responsabilidade da igreja a pregação da Palavra de Deus e o ensinar de suas aplicações a vida dos fiéis. Nós cristãos como cidadãos do céu temos que viver como tal e influenciar esse mundo. Jeremias nos ensina que do Senhor é toda a Terra. Tudo foi criado por Ele e isso inclui o reino dos homens. A Ele pertence os reinos e Ele os dá a quem quiser (Jr 27:5-7).

Nosso dever civil como cidadãos de uma nação, nos convoca a nos envolver nas questões político-sociais sendo o sal da terra e a luz do mundo, exercendo nossa cidadania nas esferas terrenas. Quando juntamos essa dupla função, quando damos a César o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus, desenvolvemos uma consciência social saudável e coisas grandes acontecem. Cidadãos do céu, estrangeiros nesse mundo e embaixadores de Cristo, quando assumimos nossa responsabilidade perante Deus consequentemente assumimos nossa responsabilidade social terrena. Olhando para a história poderemos encontrar grandes exemplos de homens que assumiram seu duplo papel social e alcançaram importantes mudanças políticas, sociais e morais.

William Wilberforce mostra que é possível ser um político e um cristão fiel aos mandamentos divinos ao mesmo tempo. Foi pelas palavras convertidas em ação do pastor Martin Luther King Jr, que muitos afro-americanos puderam estudar, votar e principalmente, ter os seus direitos assegurados. Da mesma forma, foi pela voz do pastor László Tórkés que o povo da Romênia despertou para liberdade contra as políticas de austeridade de um dos mais perversos governos totalitários já vistos pelo mundo: o governo de Nicolae Ceausescu. Francis Schaeffer, com seu conceito de cobeligerância, se juntou com a comunidade não cristã para lutar contra a liberação do aborto nos Estados Unidos. Abraham Kuyper foi um dos maiores políticos holandeses chegando a se torna primeiro ministro daquele país. Hoje, é praticamente impossível se falar da história holandesas sem que se fale em seu nome. Charles Habib Malik, teólogo Libanês que atuou como representante libanês nas Nações Unidas, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assembleia Geral das Nações Unidas foi responsável pela redação e adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Jesus disse: “Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus” (Mt 5:16). O homem tem a responsabilidade tanto para com o Governo quanto para com

Deus, dando a cada um deles o que lhes são devidos. Quando o Governo age de acordo com a sua responsabilidade, respeitando o domínio das outras instituições sociais é nosso dever participar como bons cidadãos, respeitando as leis e as autoridades. Ninguém ao se converter é retirado do mundo, pelo contrário, somos chamados a ir mais fundo nas questões terrenas levando os princípios cristãos a todas as esferas da vida. Essa é a ação da nossa esperança. Fazer a vontade do Pai assim na terra como no céu. No entanto, quando um governo tirânico se levanta querendo atribuir para si a qualidade de “deus”, faremos como o apóstolo Pedro (At 5:29): “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens”. Pois Deus continua *Soberano*.

REFERÊNCIAS

BOÉTIE, É. D. **Discurso sobre a servidão voluntária** 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BOYD, Gregory. **Caesar's coin, and government.** 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q3KNNuykMdY>. Acesso em 29 de out de 2019.

BOYD, Gregory. **The myth of a christian nation: how the quest for political power is destroying the church.** Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998. **Lei de Crimes Ambientais.** Art. 40

CARSON, Clayborne. **The papers of Martin Luther King, Jr., Volume I: Called to Serve, January 1929-June 1951.** Berkley: University of California Press, 1992.

CARSON, Clayborne. **The autobiography of Martin Luther King, Jr.** New York: Warner Books, Inc., 2001.

CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica.** Viçosa: Ultimato, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico.** 2ª ed., vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2005.

DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. 3ª ed., vol. 4. São Leopoldo - RS: Sinodal, 1999.

FERREIRA, Franklin. **A Igreja Confessional alemã e a "disputa pela Igreja" (1933-1937)**. Fides reformata (XV), 9-36. 2010.

FERREIRA, Franklin. **Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política**. São Paulo: Vida Nova, 2016.

GOHEEN, M. & BARTHOLOMEW, C. G. **Introdução à cosmovisão cristã: vivendo na intersecção entre a visão bíblica e a contemporânea**. São Paulo: Vida Nova, 2016.

GRUDEM, Wayne. **Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KOYZIS, David. T. **Visões e ilusões políticas: uma análise & crítica cristã das ideologias contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KUIPER, Roel. **Capital moral: o poder de conexão da sociedade**. Brasília, DF: Monergismo, 2019.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. Cultura Cristã: São Paulo, 2008.

LUTHER KING, Martin Jr. **I have a dream ...** National Archives. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/press/exhibits/dream-speech.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

MOUW, Richard J. **Abraham Kuyper: A short and personal introduction**. Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 2011.

PEARCEY, Nancy. **Verdade absoluta: libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

PIPER, John. **Render to Caesar**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6DQbRC232E4> Acesso em: 29 de out de 2019

ROCHA, Renata Da. **O direito a vida e a pesquisa em células-tronco: limites éticos e jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SENDEL, Michael. **Justiça - o que é fazer a coisa certa?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SPROUL, R. C. **Qual a relação entre Igreja e Estado?** São José dos Campos: Fiel, 2014.

SPYKMAN, Gordon. **Reformacional theology**: a new paradigm for doing dogmatics. Grand Rapids: Eerdmans, 1992.

TELLER, John. **Dr. Gregory Boyd's myth of a christian nation: A Reply, Refutation and Rebuttal**. Time Books, 2016.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILBERFORCE, R. I. & WILBERFORCE, S. **The life of William Wilberforce** (Vol. I). London: John Murray Publisher, 1838.

WILBERFORCE, William. **A practical view of christianity**. Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1996.

WILKER, Tom. Johnson urges congress at join to pass law insuring negro vote. **The New York Times**, New York. 15 mar. de 1965. Disponível em: <https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/learning/general/onthisday/big/0315.html#article>. Acesso em: 03 out. 2019.